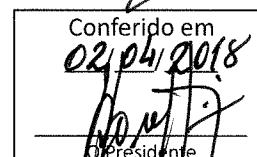


Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 16-2018



Reunião da Assembleia Geral



Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24º do Compromisso, a Assembleia Geral da Misericórdia, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. António Carvalhais da Costa, acompanhado pelo Vice-presidente, o Sr. Carlos Teixeira e o Secretário, o Dr. António Pires de Carvalho, este último designado pela Assembleia Geral de irmãos, em substituição do irmão Rui Dias por impossibilidade de presença.

Antecedendo o início dos trabalhos usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, para, para além de cumprimentar os inúmeros irmãos presentes, destacar dois momentos importantes e ocorridos recentemente no âmbito da ação da Misericórdia.

O primeiro teve que ver com a recente realização de uma sessão de apresentação pública dos resultados obtidos pela Rede Local de Intervenção Social (RLIS) no concelho de Arganil, projeto este da responsabilidade da Santa Casa neste território.

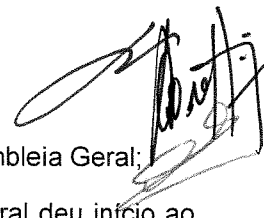
Salientando, neste particular, a presença da generalidade dos projetos congêneres desenvolvidos no Distrito de Coimbra, assim como a presença do novo Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa, que se associou a este evento e que teve lugar no passado dia 19 de Março no Salão Nobre da Instituição.

Em relação ao segundo momento, referiu o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, “ocorreu hoje mesmo nas instalações do Complexo Social - ERPI e foi referente à reabertura do bloco afetado pelo incêndio que ocorreu em 2016, após a realização de obras de requalificação do espaço afetado, dotando-o de melhores condições”.

Ainda sobre este aspeto, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral não quis deixar de assinalar “a benemerência realizada por utente da Instituição e que foi devidamente reconhecida com a colocação de uma placa de agradecimento pelo gesto no mesmo espaço, sendo de assinalar a presença do vereador da ação social da Câmara Municipal de Arganil, eng. Luis Almeida.”

Finda a intervenção prévia do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, procedeu o mesmo ao elencar da ordem de trabalhos e que a seguir se transcreve.

1. Votação da ata da reunião anterior;
2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2017, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;
3. Deliberação sobre proposta de alienação da Propriedade designada por Quinta do Moinho Velho, sita na Rua Maria de Lourdes Carvalho Faria, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, descrita na Matriz Predial Rustica sob o nº 22 e Predial Urbana sob o(s) artigo(s) nº 721 e 722, e na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o n.º 1306/19870504;



4. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral:

Finda a identificação dos pontos a discussão, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

1. Votação da ata da reunião anterior;

No âmbito do presente ponto o Presidente da Mesa da Assembleia Geral salientou que, “tendo sido atempadamente disponibilizada a ata para consulta e leitura, colocarei de imediato o referido documento a votação”.

Encerrado o processo de votação do primeiro ponto, o qual foi aprovado por maioria, registaram-se dois abstenções, sendo que uma delas coube ao irmão Luís Gomes, o qual pediu a sua identificação, na medida em que justificou a referida abstenção por “impossibilidade de leitura da ata, visto que não se encontrava disponível no site da Instituição”.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, prof. António Carvalhais da Costa, referiu, desde logo, “estranheza”, visto ser do seu conhecimento que “a documentação tinha sido atempadamente disponibilizada”, como aliás tinha referido no início da reunião, dando de imediato a palavra ao irmão Nuno Gomes e Diretor Geral da Misericórdia para prestar esclarecimentos.

No uso da palavra, o referido irmão referiu que, “a documentação referente à ordem de trabalhos em discussão, designadamente os pontos 1,2 e 3, foi disponibilizada nos termos do Compromisso / Estatutos, ou seja, na data da publicitação da convocatória, a qual ocorreu no dia 13 de Março”.

Continuou realçando que, “neste caso a ata encontrava-se disponível no site da Instituição, bem como no dossier disponibilizado para consulta aos irmãos, sem esquecer que antes do início da presente reunião toda a documentação se encontrava distribuída na sala onde decorre a Assembleia Geral, pelo menos desde as 20 horas”.

Reforçou ainda, que “faz parte do dossier de consulta a impressão da página oficial com a data da publicação da referida documentação e que serve de prova ao que está ser dito, pelo que entrego, desde já, cópia da mesma junto da Mesa da Assembleia Geral como comprovativo da referida publicação. Caso existam dúvidas poderá ser de imediato consultado o site da Instituição e verificar a publicação da documentação em apreço.”

Contudo, salientou, “na eventualidade de ter existido insuficiência de rede por parte de algum dos irmãos para aceder ao referido site, nada impedia que qualquer um procedesse à consulta e leitura do dossier, que se encontra também aqui nesta sala como comprovativo da sua existência, como aliás tem sido prática nesta Instituição.”

Uma vez que o irmão Luís Gomes tinha em sua posse um aparelho móvel, de imediato o irmão Nuno Gomes se disponibilizou para aceder ao site da Instituição junto do próprio, o que veio a ocorrer com sucesso, tendo sido “descarregada” a referida ata.

Após esta situação, interveio o Presidente da Mesa da Assembleia Geral para informar que “registava o facto de toda a documentação ter sido previamente disponibilizada, quer através do site, quer através do dossier para consulta nos serviços da Instituição, pelo que considerava sem fundamento a justificação dada para a abstenção do irmão Luís Gomes, mantendo-se o referido voto, uma vez que o processo de votação se encontrava encerrado.

Terminado o primeiro ponto da ordem de trabalhos passou-se de imediato ao segundo ponto.

2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2017, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal / Definitório;



No âmbito do segundo ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra.

No uso da palavra o Provedor começou por saudar a presença dos inúmeros irmãos, sinal da vitalidade e do interesse que a Misericórdia suscita, o que é deveras positivo, especialmente “quando noutras entidades do mesmo setor não se assiste a esta mobilização”.

No que concerne ao relatório de Atividades e Contas, começou por salientar que a extensão do referido documento resulta da intensa atividade e dinamismo da Misericórdia.

Destacou ainda, a recente benemerência para com a Instituição, anteriormente referida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o que revela “o amor a esta casa e à causa das Misericórdias, como foi o exemplo da recuperação do espaço afetado em 2016 pelo incêndio que ocorreu, e que, felizmente, teve um final feliz, fruto da dedicação dos colaboradores, evitando-se danos maiores, sem esquecer o colaborador António Tavares, na orientação dos trabalhos de recuperação do mesmo.

No entanto, não deixou de frisar que parte das dificuldades que são sentidas no quotidiano da Instituição resultam “dos atrasos nos pagamentos de verbas que são devidas à Misericórdia, assim como a redução de algumas receitas no âmbito da resposta de ERPI-Lar de Idosos, por força da intervenção que teve que ser realizada e que condicionou o fluxo de admissões nesta resposta social”.

Não obstante essas dificuldades, foi possível o desenvolvimento de inúmeras ações e projetos, como o caso da RLIS, bem como a apresentação de candidaturas a outros projetos de intervenção social, cujos pagamentos por parte do Estado se encontram em atraso.

O Provedor frisou ainda, que “a dinâmica da Misericórdia resulta, acima de tudo, do amor a esta casa e do aceitar que a Santa Casa está acima de outros interesses, nomeadamente pessoais e mesquinhos”.

A esse propósito não quis deixar de realçar que, “alguns irmãos, por vezes, não são dignos de o serem, na medida em que atacam a Instituição sem conhecerem a sua realidade e os que não prestigiam a Instituição devem sair, devem pedir a exclusão de irmão”.

Ainda na mesma intervenção, o Provedor não quis deixar de registar “o que sucedeu na votação do primeiro ponto”, ou seja, referente à ata. Nas palavras do representante da Misericórdia, “fiquei com a sensação de que havia uma predisposição para, logo no início da reunião, ser criado um percalço aos trabalhos, suscitada por uma situação inexistente”.

Com efeito, realçou o Provedor, Prof. José Dias Coimbra, “tenho gosto em ver aqui o irmão Luis Gomes, o qual conheço muito bem, aliás bem demais, desde os tempos em que foi meu vereador na Câmara Municipal, contudo não posso deixar de expressar que não esteve bem na sua intervenção e que, apesar dos factos apresentados, ainda insistiu na sua razão. Teria sido evitável o que sucedeu, caso de imediato tivesse reconhecido o erro”.

O Provedor acrescentou de igual modo, “por vezes, a teimosia em querer ter-se razão, mesmo quando não se tem, pode levar-nos a fazer coisas muito más para com os outros, só espero que tal não seja o caso, pois a Misericórdia merece mais respeito.”

Após esta intervenção o Provedor da Instituição solicitou ao Diretor Geral da Misericórdia, Dr. Nuno Gomes, que procedesse à apresentação exhaustiva e pormenorizada do relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2017.

No uso da palavra o Diretor Geral começou por dizer que a documentação em análise “foi disponibilizada nos termos do Compromisso / Estatutos, quer no site da Instituição e quer através do dossier elaborado e disponibilizado para consulta pelos irmãos interessados, conforme inscrito na convocatória, bem como foi

o mesmo distribuído previamente antes do início da reunião, pelo que, à semelhança da ata, apenas não teve conhecimento dele quem não quis.”

Continuou, salientando que o relatório em apreço “foi elaborado com o contributo dos vários responsáveis pelas diversas áreas, com especial destaque para os serviços de contabilidade da Instituição que forneceram e elaboraram toda a componente contabilística que integra o documento a seguir apresentado.”

No que concerne ao documento propriamente dito, o mesmo foi apresentado, quer através da projeção de imagens ilustrativas e esquemáticas das diferentes componentes do relatório, quer através da leitura de partes do mesmo e que a seguir se passará a explanar e a transcrever, nas partes de maior relevo.

Resumo Operacional

Inúmeras foram as atividades desenvolvidas e promovidas pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil, adiante Misericórdia, que se torna difícil destacar ou particularizar qual delas a mais importante ou significativa.

Por outro lado, a atuação da Instituição abrangeu diversos campos, o que torna, desde logo, injusto atribuir maior relevo a uma ou outra ação, concretizada no ano transato de 2017.

No entanto, **tal dificuldade apenas realça o forte dinamismo da Instituição**, cujo propósito maior foi o de intervir junto da comunidade, na tentativa contínua de solucionar problemas de natureza social, através do desenvolvimento de diversas respostas sociais, sob a égide das catorze obras de Misericórdia.

Contudo, não podemos deixar de referir que o ano que findou será recordado pela **tragédia dos incêndios**, especialmente os de Outubro e que afetaram particularmente o concelho de Arganil e a região.

A este propósito não podemos deixar de frisar o papel da Misericórdia que, desde a primeira hora, **acolheu nas suas instalações diversos cidadãos das freguesias afetadas, recorrendo quer à sua Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), quer ao antigo Hospital Condessa das Canas.**

Nesse apoio foram assegurados diversos serviços, nomeadamente alimentação, cuidados de saúde e transporte.

Neste ponto, destaque ainda para a **resposta assegurada pelo programa das Cantinas Sociais**, mas de igual modo a **Rede Local de Intervenção Social (RLIS) que, através da equipa do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), disponibilizaram apoio ao nível do atendimento, acompanhamento e encaminhamento dos cidadãos afetados**, com especial incidência nos territórios onde estão instalados os gabinetes de atendimento ao público.

Outro aspeto a reter, no âmbito da atuação ao nível da problemática dos incêndios, foi a **celebração de Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC)**, para intervenção junto do público afetado, sem esquecer outras parcerias com diversas entidades, públicas e privadas.

Por outro lado, não pode ser esquecida a **candidatura apresentada e aprovada no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC - FEAC)**, neste caso para fornecimento de géneros alimentares.

A este propósito devemos realçar o papel da Misericórdia, não só na dinamização a nível regional desta candidatura junto das suas congéneres, via Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas (SRCUMP), mas de igual modo na **coordenação dos territórios de Arganil,**



Vila Nova de Poiares e Penacova pela Misericórdia de Arganil.

Ainda no âmbito desta intervenção destaque para a **apresentação e aprovação de candidatura ao Programa de Apoio Complementar (PAC) e que visou reforçar a componente financeira da execução do POAPMC.**

A nível interno, destaque para a **continuidade dos trabalhos de remodelação dos espaços afetos ao Complexo Social, com destaque para a ERPI**, designadamente o bloco residencial afetado pelo incêndio de 2016, sempre com respeito pela lógica de gestão racional dos recursos disponíveis.

Simultaneamente, **a Instituição manteve as suas parcerias locais**, nomeadamente ao nível do apoio técnico, com destaque para as Instituições Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça e Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra.

De igual modo foram mantidas ou estabelecidas parcerias com: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coja, Associação Humanitária do Barril de Alva, Centro Sociocultural de Anseriz, União Recreativa Sarzedense, Junta de Freguesia das Secarias, Centro Social dos Cepos, SOS Arganil, etc.

No âmbito do apoio e proteção de crianças e jovens em risco **manteve-se a disponibilização de técnicos e outros recursos, a par da Assessoria Técnica ao Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas (UMP)**, sem esquecer a participação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil.

Não obstante a intensa atividade levada a cabo pela Misericórdia, não pode ser descurada uma apreciação breve aos **constrangimentos económicos sentido pela instituição, fruto dos atrasos nos pagamentos das verbas devidas pela ARSC**, quer ao nível da resposta dos Cuidados Continuados e quer ao nível da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), ambas integradas no designado Complexo de Saúde.

Mas não só na área da saúde **esses atrasos foram visíveis, também no âmbito da RLIS e do programa das Cantinas Sociais esses constrangimentos ficaram patentes**, a par de outras entidades locais.

Se acrescermos a isto o esforço no cumprimento das obrigações para com os trabalhadores e o Estado, é fácil perceber que **a gestão da Instituição exigiu um empenho permanente**, tendo em conta que só a **atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) de 2016 para 2017, traduziu-se num aumento de 5%.**

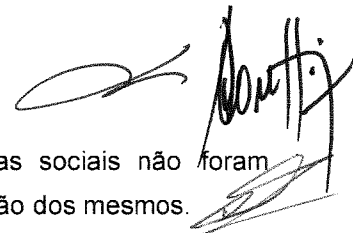
Aumento esse que não teve igual crescimento no campo da atualização das **comparticipações do Estado no Complexo Social, neste caso apenas 2,1%** que, somado à atualização dos beneficiários, foi insuficiente.

Apesar disso a Misericórdia deu sequência à sua atuação, conseguindo encerrar 2017 com resultado positivo.

Destacar que a premissa da Instituição para concretizar investimentos de maior vulto **assentou sempre, na capacidade de realização de receitas extraordinárias**, previamente autorizadas pela Assembleia Geral, postura esta que tem possibilitado manter a Misericórdia no seu rumo, sem que a sua sustentabilidade seja colocada em causa, bem patente na sua relação amplamente positiva entre Ativo e Passivo.

O esforço da Instituição manteve-se pois, na sua função social, **apoiando os mais vulneráveis, procurando a manutenção do seu nível de empregabilidade, e, dessa forma, a coesão social local**, sem descurar a estabilidade da Instituição.

De igual modo, a manutenção e valorização dos beneficiários das respostas sociais não foram esquecidas, através da execução de uma programação lúdica destinada à ocupação dos mesmos.



COMPLEXO SOCIAL

Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia (CD) | Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) | Centro de Dia Secarias (CDS)

Parte significativa da atuação da Misericórdia é direcionada para o apoio à população mais envelhecida, não sendo pois de estranhar a existência no seio da Instituição das respostas de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Estes equipamentos, cujo funcionamento privilegia a partilha de recursos, sejam eles humanos ou materiais, abrange, genericamente, um público com mais de 65 anos.

Ressalva-se contudo, que vários cidadãos com idade inferior são apoiados por estas respostas sociais, face à necessidade dos casos, pelo que não se deverá entender a idade de 65 anos como um fator de exclusão no apoio social desenvolvido pela Misericórdia.

Podemos ainda dizer que, em termos médios, o conjunto destas respostas apoiou, em média, mensalmente 190 pessoas distribuídas do seguinte modo: 109 em ERPI, 54 em Centro de Dia e 27 em SAD.

➤ Remodelação / Requalificação espaços - ERPI

Ao longo de 2017 a Misericórdia deu continuidade aos trabalhos de remodelação dos espaços afetados pelo incêndio de 2016, através de recursos próprios, visto que não foi aberta qualquer candidatura no âmbito do Portugal 2020 para esse efeito.

A referida melhoria e reabilitação, incidiu na componente residencial da ERPI, nomeadamente no segundo piso do bloco que se localiza mais próximo da APPACDM, transitando os trabalhos para 2018, conforme o respetivo Plano de Atividades e Orçamento.

Este facto condicionou o desempenho da instituição, quer ao nível da capacidade e quer ao nível dos seus rendimentos. Não obstante, os trabalhos prosseguiram de forma gradual e sempre com base nos recursos disponíveis para a efetivação do investimento em causa.

Deste modo, a 31 de Dezembro de 2017 estavam na resposta social de ERPI 106 utentes, um decréscimo de 11 beneficiários, face a período homólogo do ano anterior, tendo ao longo do ano sido apoiados 133 utentes (entradas, saídas, óbitos).

➤ Manutenção dos níveis de frequência nas respostas de Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário

A sustentabilidade da Instituição passa pelos níveis de frequência das suas respostas sociais, em virtude dos Acordos de Cooperação estabelecidos com o Setor Estado.

Nesse sentido, a Misericórdia procurou assegurar as condições para que nas respostas de Centro de Dia e SAD não se tivessem verificado grandes oscilações, visto que no âmbito da resposta social de ERPI estas eram inevitáveis.

Relativamente ao Centro de Dia (sede e Secarias) a 31 de Dezembro estavam a frequentar esta valência 57 pessoas, superior ao mesmo período do ano de 2016 (56), destacando-se que, ao longo do último ano, foram apoiadas 66 pessoas (entradas, saídas – óbitos, mudanças de serviço, etc).

A subida dos índices de frequência nos últimos anos, apenas tem sido possível graças à **manutenção**

destinados às crianças das respostas de CATL e AAAF, com destaque para a terapia da Fala, Nutrição e Acompanhamento Psicossocial.

Neste particular destacamos a terapia da fala, que se tem revelado como uma área de atuação fundamental para o trabalho com as crianças e a promoção do seu desenvolvimento integrado.

Nesse sentido deverá ser referido que a disciplina da terapia da fala acompanhou e trabalhou 21 crianças do CATL e AAAF, utilizando os diversos recursos existentes na Instituição, como foi o caso da Sala de Snozelen – Dr. Armando Dinis Cosme.

Ações Diversas

A dimensão da Misericórdia, assim como a sua dinâmica, deram origem a um conjunto de ações que, pela sua dimensão, abrangem todas as áreas de atuação da Instituição.

A este propósito destacamos as matérias relacionadas com a aplicação do Compromisso de Cooperação 2017-2018, essencial para o funcionamento regular das diferentes respostas sociais.

De igual modo a manutenção de uma política de formação e qualificação dos seus recursos humanos, sem esquecer a respetiva monitorização do quadro de pessoal, permitiu aferir quais as principais características dos seus colaboradores e o impacto da Instituição nas dinâmicas locais.

➤ **Compromisso Cooperação 2017 – 2018**

A área da cooperação com o Setor Estado é fundamental para a existência das Misericórdias, enquanto Instituições complementares à ação desse, nomeadamente na resolução de diversas problemáticas sociais.

Nesse sentido, o desenvolvimento de instrumentos colaborativos entre os dois setores (Setor Social e Setor Estado) tem sido crucial para uma parceria profícua com benefício para as comunidades, dos quais o exemplo máximo é o Compromisso Anual celebrado entre as entidades com estatuto de Instituição particular de Solidariedade Social e o Estado, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

No âmbito da análise ao exercício de 2017, foi com agrado que se constatou que **a cooperação teve um incremento de 2,1%**, montante superior ao inicialmente traçado em sede de Plano de Atividades e Orçamento e que se situou em 1%.

Sendo uma atualização maior face ao inicialmente previsto, não podemos esquecer que esta não acompanhou o crescimento de alguns custos, designadamente custos fixos, com especial incidência para **o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) e que se cifrou em mais 5%**.

De referir que ao nível dos Acordos de Cooperação, a Instituição tinha consignado 95 utentes em ERPI, 59 em Centro de Dia (Sede e Secarias), 60 em CATL e 25 em SAD, ressaltando que, em termos gerais, os números considerados foram mantidos, com ligeiras oscilações.

➤ **Manutenção de política de formação / qualificação e monitorização evolução do quadro de pessoal**

Sendo uma área sensível para a Misericórdia, a componente da formação foi desenvolvida privilegiando os recursos internos, embora a formação externa não deixasse de ser promovida e até tivesse maior representatividade, através de mecanismos facilitadores da participação por parte dos colaboradores da Instituição.

Deste modo, em 2017, há o registo de **334 horas formativas, correspondendo a 42 participantes**, das quais 81 horas foram lecionadas pela estrutura da própria Misericórdia e abrangeu 23 elementos da

de um leque alargado de serviços fornecidos e que vão desde o transporte, passando pelos cuidados de enfermagem, acompanhamento técnico, atividades de animação, tratamento de roupas e alimentação. Realçar que o Centro de Dia Sede funciona todos os dias da semana.

Quanto ao SAD verificou-se que a 31 de Dezembro o número de utilizadores era de 27 pessoas, sendo que em igual período de tempo de 2016 a frequência era semelhante. No entanto, ao longo de 2017, recorreram a esta resposta social 35 pessoas (entradas, saídas – óbitos, transferência de serviços, etc).

Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) | Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

No âmbito da intervenção da Misericórdia junto do público mais jovem, a Instituição desenvolve dois tipos de respostas sociais. Neste caso o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) e as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

Face às particularidades do funcionamento destas duas valências, a análise às mesmas deverá ser efetuada tendo por base partes dos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018.

Sem prejuízo de uma análise mais pormenorizada, destacamos como positivo, **a inversão dos níveis de frequência destas duas respostas sociais**, contrariando a curva descendente anteriormente verificada. Este aumento da procura, que obrigou a um reajuste dos seus recursos humanos, poderá ser explicado **pela qualidade dos serviços e pela concentração populacional na Vila de Arganil.**

De igual modo, **o funcionamento do CATL nos 12 meses do ano e a manutenção de uma política de aplicação de mensalidades tendo em conta as particularidades do território**, e que se traduz no congelamento de alguns escalões, contribuem para a explicação deste aumento, face ao previsto.

No que diz respeito ao CATL, podemos dizer que esta resposta procede ao acompanhamento de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, embora, pontualmente e excecionalmente, se tenha verificado o apoio a crianças com 4 e 13 anos, face a aspetos de ordem social.

Em relação à análise da evolução dos índices de frequência podemos afirmar que 2017 ficou marcado por dois momentos distintos e que se cruzam com dois anos letivos também eles distintos, conforme atrás referido.

Assim, e até Junho (ano letivo 2016/2017) os níveis de frequência foram, em média, de cerca de 44 crianças, o que poderá ter relação com alguma instabilidade laboral vivida em algumas unidades fabris do Concelho de Arganil durante esse período.

Contudo, e já em Julho e durante o período de férias, **os níveis de frequência voltaram a subir**, saldando-se a segunda metade do ano com uma média de **frequência de 56 crianças, ou seja, mais 12 crianças (ano letivo 2017/2018).**

Podemos referir que a procura desta resposta foi superior ao previsto em Plano de Atividades e que estimou em 40 esse número.

No que se refere às AAAF estas funcionam no âmbito de protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Arganil, e à semelhança do que sucedeu com o CATL, os níveis de frequência registaram uma subida.

Neste caso, atingiram **um valor médio de 34 crianças** (ano letivo 2017/2018), também superior ao preconizado no Plano de Atividades que considerou uma estimativa de 28 elementos.

➤ **Manutenção do apoio técnico – Terapia da Fala, Nutrição, Acompanhamento psicossocial**

À semelhança do que foi feito nos anos anteriores a Instituição manteve um leque variado de serviços

instituição.

Ao nível da componente interna a área da higiene e segurança foi a mais representativa e privilegiada, concentrando 24% do total da oferta formativa, sendo os restantes 76% assegurados por via externa.

De realçar ainda que os enfermeiros da Instituição realizaram 112 horas de formação, das quais 90 horas certificadas reportaram a Cuidados Paliativos.

A preocupação com os índices de qualificação por meio da formação, assume pois um papel importante na atuação da Instituição, embora esta não possa deixar de ser articulada com os tempos de serviço e a obrigatória gestão dos recursos humanos, atendendo às disponibilidades existentes.

Formar e qualificar, inseridas na lógica de melhoria contínua dos serviços prestados faz todo o sentido; no entanto, a sustentabilidade imediata da Misericórdia nem sempre se coaduna com excessos, pelo que a realização da formação interna veio ajudar a colmatar algumas dificuldades ao nível da concessão de tempos exequíveis para a formação.

Apesar da preocupação assumida pela Instituição em preservar postos de trabalho, tendo em conta a promoção local da coesão social, esta não deixou de procurar controlar os custos com a rubrica associada a despesas de pessoal, desde logo, através de uma política de adequação dos horários de trabalho e a reorganização dos serviços, numa perspetiva de otimização dos recursos existentes visando uma maior eficácia, como aliás preconizava o respetivo Plano de Atividades.

Por outro lado, não pode ser descurado o facto de que **a Instituição apoia mais de 660 utentes**, entre respostas sociais e projetos de intervenção na comunidade, número este que tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos, o que permite verificar uma relação positiva entre o número de colaboradores e o universo de beneficiários da Misericórdia.

Quanto a algumas características do pessoal, verificou-se que a **média de idades foi de 44,92 anos**, sendo o género feminino aquele cuja média foi inferior, neste caso 42,73 anos, enquanto o género masculino apresentou uma média de idades de 47,12 anos.

O motivo para tal diferença residiu no facto de que o nível de saídas, nomeadamente por reforma, concentraram-se no género feminino, sendo as admissões realizadas, tendo em vista a manutenção da operacionalidade, junto dos escalões etários mais baixos, o que promoveu a redução da respetiva média.

Academia Condessa das Canas

O espaço da antiga escola do Paço Grande acolhe a Academia Condessa das Canas, cuja maior visibilidade tem sido assegurada pelo Orfeon Maestro Alves Coelho.

Sendo uma ação que se tem vindo a desenrolar ao longo dos últimos anos, a recuperação do emblemático edifício não deixa de ser uma preocupação para a Instituição, contudo esta decorre de acordo com as disponibilidades da Misericórdia.

Por outro lado, neste ano que findou, em virtude dos incêndios que marcaram a nossa região, o referido espaço foi utilizado para acolher um conjunto de bens destinados à população mais afetada.

A este propósito, parte significativa do material entregue à Instituição foi reencaminhado para o Pólo criado pela Câmara Municipal de Arganil na Cerâmica Arganilense, enquanto este funcionou, e para que não se verificassem duplicações.

Posteriormente, e em virtude da colaboração com a SOSArganil e com a UMP, tem sido utilizada para acolher, temporariamente, algum material de apoio, designadamente mobiliário destinado a algumas

habitações em fase de reconstrução, assim como diversas plantas destinadas à reflorestação de alguns dos territórios afetados pelos incêndios.

Orfeon Maestro Alves Coelho

A atividade do Orfeon Maestro Alves Coelho tem vindo a estabilizar nos últimos anos, contudo e apesar de a totalidade das apresentações em 2017 ter sido realizada no concelho de Arganil, estas têm ficado aquém das expectativas, face à qualidade do grupo.

Atualmente, o Orfeon tem nas suas fileiras 30 orfeonistas, distribuídos por 8 sopranos, 9 contraltos, 6 tenores e 7 baixos.

No entanto, uma parte significativa destes membros encontram-se condicionados por motivos pessoais e profissionais, o que cria sempre algumas dificuldades acrescidas.

Considera-se ainda, que o grupo tem algumas carências (principalmente em determinados sectores/naipes) necessitando de uma renovação geracional, uma vez que a média de idade é de 57 anos, com 68% dos coralistas a terem mais de 60 anos.

Sendo o Concelho de Arganil uma terra com fortes tradições musicais, a criação do Orfeon Maestro Alves Coelho não deixou de marcar o panorama local, **possibilitando e contribuindo para o preenchimento de uma lacuna na oferta cultural** e, simultaneamente, tornando-se percursor da criação de outros grupos do género integrados em diferentes organizações da sociedade civil.

Mata e Jardins

Não há hoje dúvidas de que a preocupação ambiental está presente na forma de atuar da Santa Casa, razão suficiente para que a Mata das Misericórdias seja na atualidade uma referência local, regional e nacional.

Esta projeção apenas só foi possível pelo intenso trabalho dedicado a este espaço natural, assumindo a Instituição uma estratégia que **não pode ser associada a qualquer intenção de gerar lucro, mas antes a de preservar o ambiente**, permitindo ao mesmo tempo que a comunidade Arganilense e não só, possa usufruir deste espaço de excelência para a prática desportiva, o lazer e a cultura.

Com efeito, a intenção foi sempre a de promover um ativo, que se encontra inserido na zona urbana de Arganil, mas cujo valor para a Instituição é incalculável, **especialmente quando os espaços naturais do concelho e da região foram destruídos pelos recentes incêndios**.

Nesse sentido, durante o ano de 2017, realizaram-se diversas atividades na Mata das Misericórdias, nomeadamente o corta mato, no âmbito do desporto escolar promovido pelo Agrupamento de Escolas de Arganil, e que reuniu mais de 400 jovens.

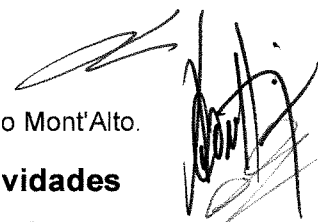
Também as festividades de St. Isabel se prolongaram para este espaço natural, realizando-se aí o já tradicional almoço com os convidados e Órgãos Sociais da Instituição.

Para além destas e de outras atividades que tomaram lugar na Mata, a Instituição não descurou os trabalhos de limpeza e manutenção das diversas áreas que integram o referido espaço, com especial preocupação aquando dos meses marcados pela tragédia dos incêndios, tendo sido mobilizados diversos elementos da Misericórdia para a proteção a deste património natural.

De referir a aquisição de material destinado à limpeza da Mata, nomeadamente uma “capinadeira”, bem como o início dos trabalhos destinados à manutenção do pinhal novo.

De igual modo, os viveiros existentes na Instituição e criados a partir da mesma Mata, têm possibilitado a reflorestação interna, assim como o apoio a outras iniciativas promovidas por outros grupos, como é o

caso do Agrupamento de Escuteiros de Arganil no âmbito de plantações realizadas no Mont'Alto.



Projetos de Intervenção Comunitária – Cantinas Sociais | RLIS| Atividades Socialmente Úteis (ASU) | Protocolos de Cooperação Instituições e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Nos últimos anos uma das vertentes mais ativas no seio da Misericórdia tem sido o desenvolvimento de projetos destinados à comunidade, com destaque para o programa das Cantinas Sociais e a Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

➤ Cantinas Sociais

Embora o término das Cantinas Sociais seja perspectivado desde algum tempo a esta parte, foi possível, em 2017, a manutenção desta resposta de emergência, tendo a Misericórdia assegurado, direta e indiretamente, **o fornecimento de 26397 refeições, sendo que destas, 1189 foram asseguradas no âmbito dos incêndios de Outubro último (Outubro, Novembro e Dezembro).**

Com efeito, e mediante uma rede de parcerias constituída pelo Centro Sociocultural de Anseriz, a Associação Humanitária do Barril do Alva, o Centro Paroquial do Sarzedo, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova do Alva, o Centro Social dos Cepos e, mais recentemente, a Cáritas Diocesanas de Coimbra, a Misericórdia conseguiu atuar em todo o território concelhio.

Esta forma de atuar da Misericórdia de Arganil assegurou o envolvimento de diversas Instituições locais, assim como a transferência de verbas para as mesmas.

De realçar que até Setembro, inclusive, foram fornecidas até 75 refeições diárias, sendo que no mês de **Outubro**, se verificou uma **diminuição de 17%, 16% em Novembro e 22% em Dezembro, fruto da redução imposta pelo Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra (CDSSC).**

Apesar de ter sido possível a manutenção do Programa das Cantinas Sociais (PEA), importa frisar que, em determinados momentos, a resposta contratualizada com a Segurança Social se revelou insuficiente, pelo que a manutenção do apoio da Misericórdia significou o fornecimento de 178 refeições **extra-protocolo.**

A título de curiosidade, apenas referir que a Misericórdia serviu, ao longo do ano de 2017, entre pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, ceia e suplemento, um total de **343273 refeições, o que dá uma média diária de 940.**

De salientar que desse total de refeições (343273), **173276 correspondem a almoços e jantares.**

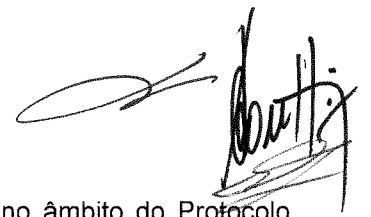
➤ Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

Ao nível da RLIS a Misericórdia assegurou a continuidade dos 9 gabinetes de atendimento ao público, distribuídos pelas localidades de Anseriz, Arganil, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Coja, S. Martinho da Cortiça e Sarzedo.

Estes espaços estão protocolados com outras tantas entidades aí existentes, o que possibilitou uma estreita parceria e a conjugação de diferentes respostas dinamizadas pela Misericórdia, como por exemplo as Cantinas Sociais já atrás explanadas.

Das tabelas que a seguir se indicam é bem patente a taxa de realização do projeto no âmbito da intervenção junto dos cidadãos, com índices de execução bem superiores a 100%.

Outro aspeto a considerar está associado ao papel desempenhado pela RLIS e outros técnicos da Misericórdia de Arganil, no âmbito do apoio às populações afetadas pelos incêndios, beneficiando da



rede de gabinetes de atendimento espalhadas pelo território.

Desde a primeira hora, a RLIS, através da plataforma informática que utiliza, no âmbito do Protocolo existente com o Instituto de Segurança Social (ISS,IP), recolheu dados e acompanhou diversas situações, dando apoio aos técnicos da Unidade Móvel destacada pela Segurança Social, os técnicos da Autarquia, CCDRC e colaborando com a SOSArganil.

Para além disso, a RLIS recorreu à estrutura interna da Misericórdia, conjuntamente com profissionais de diversas áreas e setores, assegurando acolhimento, alimentação, cuidados de saúde e transporte aos afetados pelas ocorrências, quer de Junho e quer de Outubro.

Quanto ao fornecimento de bens, a Misericórdia assumiu a postura de colaboração e não de sobreposição, pelo que a RLIS, em estreita colaboração com outras entidades, designadamente a **Autarquia (Loja Social) e a SOS Arganil**, tem vindo a garantir o fornecimento de bens perecíveis (produtos alimentares) e não perecíveis (vestuário, mobiliário, eletrodomésticos, brinquedos).

De realçar a colaboração com a **SOS Arganil**, tendo em vista a viabilidade de implementação de uma **ação de reabilitação/ requalificação de habitações**, tendo a RLIS identificado **52 famílias em situação de carência económica despoletada, ou não, pelos incêndios florestais de outubro de 2017**.

Ainda no âmbito da cooperação e parceria com as diversas instituições concelhias, o Diretor Geral deu nota da estratégia que a Misericórdia tem adotado, designadamente “de proximidade com as outras instituições locais, assumindo a Santa Casa diversos protocolos de colaboração, o que possibilitou a transferência de verbas para que essas instituições desenvolvam em cada comunidade serviços como as cantinas sociais, ou a cedência de gabinetes para a RLIS.”

Salientou de igual modo que, “essas parcerias têm sido fundamentais para a própria sustentabilidade das instituições, face às dificuldades sentidas pela quebra do número de utentes em diversos locais do concelho, sendo essencial encontrar estratégias para que as comunidades não percam os serviços já existentes e disponibilizados por diversas IPSSs.”

Neste campo, o Diretor Geral deu o exemplo de recente reunião realizada no dia 27 de Março, juntando as Instituições de Anceriz, Barril do Alva e Vila Cova, “reunião esta patrocinada pelo Secretariado Regional de Coimbra da UMP, ao qual foi dirigido pedido de colaboração pela Misericórdia de Vila Cova do Alva, tendo em vista dinamizar um modelo de partilha de recursos, designadamente através da celebração de um eventual Protocolo de Gestão comum.”

➤ **Atividades Socialmente Úteis (ASU)**

Ao nível das Atividades Socialmente Úteis (ASU) a Misericórdia acolheu 1 situação, visando a respetiva integração, mantendo-se em vigor o Protocolo celebrado com CDSSC.

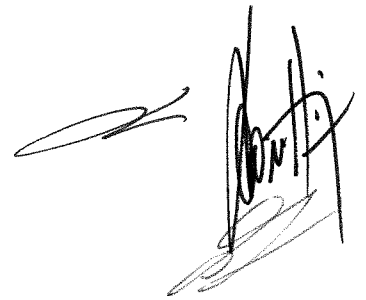
➤ **Protocolos de Colaboração Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra e Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça**

Também os protocolos com algumas entidades locais no âmbito de colaboração técnica foram mantidos, designadamente o caso dos Protocolos com a Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra e a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça.

Em relação ao primeiro manteve-se o apoio **ao nível de cuidados de enfermagem**, com a deslocação de uma enfermeira da instituição (sextas-feiras).

Relativamente à colaboração com a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça, esta incidiu ao nível da resposta social de CATL, através do desenvolvimento de diversas tarefas:

- Organização de processos individuais de utentes;
- Planificação de atividades anuais;
- Elaboração e envio dos mapas de frequência da segurança social;
- Promoção de reuniões de pais;
- Articulação com diversos serviços de forma a assegurar os procedimentos adequados ao bom funcionamento da IPSS;
- Realização de outras tarefas que se entenderam necessárias no âmbito da resposta social do Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL).



Esta colaboração tem sido efetuada de forma regular, **através da deslocação de um técnico da Misericórdia duas vezes por semana** (segundas-feiras no período da tarde e quintas-feiras no período da manhã), rentabilizando a deslocação da RLIS àquela freguesia, aproveitando-se os recursos existentes, nomeadamente transporte.

Ainda durante o mês de Agosto as crianças que frequentam o CATL da Casa do Povo usufruíram de refeições fornecidas pela Misericórdia.

➤ **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)**

A Misericórdia desde sempre pautou a sua atuação pela disponibilidade em abraçar projetos e medidas de intervenção social, no pressuposto de que estas contribuem para o bem-estar social da comunidade em que se insere.

Não é pois de estranhar que, há vários anos, a Instituição assume papel de relevo no âmbito da atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ), tendo assento quer na designada Comissão Restrita e que na Comissão Alargada.

Ganha maior importância a presença nas referidas Comissões, porquanto **a Misericórdia assume a representação das instituições com estatuto de IPSS do concelho de Arganil.**

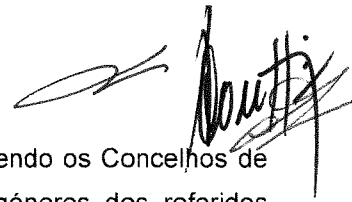
No entanto, o maior destaque deverá ser dado ao trabalho desenvolvido pelos profissionais destacados e cedidos pela Santa Casa ao funcionamento da CPCJ de Arganil, nomeadamente ao nível do acompanhamento de casos.

A este propósito deve ser frisado que a Misericórdia **disponibilizou 3 elementos**, para além do representante institucional, o que possibilita que de um total de 36 processos ativos (dados atualizados Novembro 2017) **os técnicos cedidos para o efeito integram o acompanhamento de 15, ou seja 41,67%.**

De referir que o total de elementos da Comissão Restrita, responsável pelo acompanhamento de processos, conta com 14 elementos, sendo 3 técnicos da Misericórdia.

Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC – FEAC) e Programa de Apoio Complementar (PAC)

Foi em Março de 2017, que a Misericórdia abraçou mais um desafio, apresentando candidatura ao **Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)**, cujo financiamento decorre da conjugação de Fundos Europeus (Portugal 2020) e Orçamento de Estado, destinados à distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade.



Coube à Misericórdia de Arganil **coordenar e liderar este novo projeto**, abrangendo os Concelhos de Arganil, Penacova e Vila Nova de Poiares, conjuntamente com as suas congéneres dos referidos territórios e garantido o apoio a **191 indivíduos**, cobrindo assim uma **área geográfica de 634 Km²**.

Com início no segundo trimestre do ano, foram distribuídas, nos três territórios, cerca de **5300 embalagens** individuais de bens alimentares, correspondendo a mais de **4 toneladas de alimentos**. Dos 191 beneficiários, 91 **pertencem ao Concelho de Arganil, enquanto os outros dois concelhos assumem, cada um, 50 beneficiários**.

Ainda na mesma linha de atuação a Misericórdia de Arganil apresentou candidatura ao **Programa de Apoio Complementar à execução do POAPMC**, publicado através do **Despacho n.º 8230-A/2017, de 20 de setembro**, que visou *“uma atribuição de uma comparticipação financeira adicional às entidades”*, garantindo um reforço do apoio financeiro para as três Instituições que constituem a ação do POAMC - FEAC.

A aprovação das duas candidaturas apresentadas resultou da forte dinâmica de intervenção comunitária e da vasta experiência da Misericórdia de Arganil que, ao longo dos anos, desenvolveu projetos como o PROGRIDE, o CLDS, a RLIS (em curso), o FEAC, o PDIAS, o PCCAC, as cantinas Sociais, entre tantos outros.

No âmbito da explanação desta componente do relatório, interveio o Provedor da Instituição, para dar nota de que, *“ao contrário de outras Misericórdias de outros Municípios, a Misericórdia de Arganil não obteve o apoio desejado do anterior executivo liderado pelo Eng. Ricardo Pereira Alves, tendo se corrido o risco da coordenação do projeto ir para outra entidade de outro concelho, designadamente para o Concelho de Vila Nova de Poiares”*.

Colaboração com o Secretariado Regional de Coimbra e Secretariado Nacional da UMP

Ao longo dos últimos anos a Misericórdia de Arganil tem pautado a sua ação pela permanente articulação com as estruturas representativas das Misericórdias de Portugal, quer através do Secretariado Regional, quer através do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas.

Nesse contexto, a Instituição tem assegurado a assessoria técnica e apoio ao funcionamento, nomeadamente do Secretariado Regional de Coimbra, através da organização técnica e logística na realização das reuniões do Conselho Distrital, disponibilizando para esse efeito o seu Diretor Geral.

Ainda no âmbito dessa proximidade, tem participado nas Reuniões das Plataformas Supraconcelhias e da Comissão Distrital de acompanhamento dos Protocolos.

No entanto, em relação a 2017, destacou-se o papel da Misericórdia de Arganil **na mobilização das suas congéneres para o desenvolvimento de candidaturas conjuntas ao POAPMC-FEAC, bem como na celebração de Protocolo, no dia 31 de Outubro, com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC)**, visando o apoio às populações afetadas pelos incêndios de Outubro.

Outro aspeto crucial da intervenção da Misericórdia, enquanto responsável pela assessoria técnica, prendeu-se com as diligências realizadas, sob a égide do Secretariado Regional e em conjunto com as diversas Santas Casas do Distrito, para que **fossem mitigados os constrangimentos suscitados pelos atrasos nos pagamentos no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**, tendo inclusive sido realizada em Arganil reunião Distrital onde foi aprovado, por unanimidade, a tomada de posição pública sobre esta matéria.

Contudo, o presente Relatório de Atividades e Contas não pode deixar de recordar a **homenagem**



prestada pelo Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, ao Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos.

Dinamização de Atividades Lúdico-ocupacionais

A Misericórdia de Arganil tem adotado uma política de manutenção e valorização dos utentes nas suas diferentes respostas sociais, procurando o desenvolvimento de um conjunto de atividades que possibilitem a ocupação diária dos tempos livres e, em complemento, promovam o crescimento pessoal.

Simultaneamente, tem procurado conjugar diferentes ações relacionadas com participação da Instituição em determinados eventos com a presença dos seus utentes, colaboradores e órgãos sociais, na expectativa de fortalecer as relações entre todos os intervenientes que fazem parte da “Família Misericórdia”.

Dois dos exemplos que em 2017 importa realçar, um por ser já habitual e outro por ter sido a primeira vez que a Misericórdia foi convidada a participar, foram, respetivamente, a **participação na Semana Santa em Braga e a presença nas festividades dedicadas à Senhora do Mont’Alto**, neste último caso marcando presença na procissão que teve lugar no Santuário com o mesmo nome.

Outro aspeto de relevo prende-se com o facto de que a Misericórdia, apesar da sua dimensão, não deixa de se associar a atividades desenvolvidas por outras entidades, desde que estas representem uma mais-valia para a ocupação dos seus utentes.

COMPLEXO DE SAÚDE

Se o Complexo Social agrega, maioritariamente, as respostas sociais e projetos cujo principal parceiro é o Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS), já o designado Complexo de Saúde reúne as estruturas cujo funcionamento está protocolado com o Ministério da Saúde (MS), via Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

Podemos pois afirmar que este Complexo integra o Hospital Dr. Fernando Vale, com as duas tipologias da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI – UMDR e ULDM), a Unidade de Medicina Física e de reabilitação (UMFR) e o projeto de recuperação do Antigo Hospital Condessa das Canas.

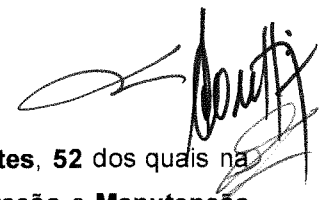
Como nota prévia, não pode deixar de ser referido que **no ano de 2017 os constrangimentos ao nível dos pagamentos devidos pela ARSC mantiveram-se**, o que exigiu da Instituição uma constante flexibilidade na gestão dos recursos disponíveis.

Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados (UMDR e ULDM)

Sendo essencial para a sustentabilidade desta resposta social os níveis de ocupação, especialmente tendo em conta os atrasos nos pagamentos das comparticipações contratualizadas com a ARSC, a Misericórdia procurou manter uma monitorização atenta e atempada, por forma a garantir taxas de ocupação acima dos 85%.

Com efeito, essa preocupação constante traduziu-se em taxas de ocupação de 94,9% na tipologia de Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e 98,6% na tipologia de Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM).

Importa ainda destacar que, desde a sua entrada em funcionamento em 2007, as duas tipologias existentes no Hospital Dr. Fernando Vale deram resposta a **623** cidadãos utentes, dos quais **488 na Tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR) e 135 na Tipologia de Longa Duração e Manutenção (LDM)**.



Especificamente e em relação ao ano de 2017, foram admitidos um total de **67 utentes**, **52** dos quais na tipologia de **Média Duração e Reabilitação (MDR)** e **15** na tipologia de **Longa Duração e Manutenção (LDM)** mantendo-se a prestação de cuidados aos utentes anteriormente existentes, tendo a estrutura, no seu conjunto, respondido a 91 pessoas.

De referir que foi na tipologia de UMDR que o número de entradas e saídas foi maior, assim como o universo de cidadãos apoiados, isto porque os períodos de permanência, conforme regulamentação em vigor, são mais reduzidos.

Um dado a reter relativamente ao acolhimento dos utentes no Hospital Dr. Fernando Vale prende-se com a proveniência geográfica dos seus utilizadores, verificando-se que apesar da parte significativa dos utilizadores serem oriundos de Arganil, o seu peso tem vindo a diminuir.

A título de exemplo, em 2016 - 71% dos utentes na tipologia de Média Duração eram originários do concelho de Arganil, **em 2017 esse número baixou para 59%**.

O mesmo sucedeu com a tipologia de Longa Duração, pois em 2016 - 46% pertenciam ao concelho de Arganil e, **em 2017, baixou para 31%**.

No sentido inverso **os utentes de Oliveira do Hospital aumentaram, passando, respetivamente, de 8% para 15% em Longa Duração e de 4% para 13% em Média Duração.**

Com efeito, **o Hospital Dr. Fernando Vale tem contribuído para inverter a perda de centralidade do Concelho de Arganil.**

Quanto às referenciações continuam a ser os hospitais a ser predominantes no recurso ao estabelecimento da Misericórdia, garantindo a maioria dos encaminhamentos.

No entanto, embora seja entendível que na tipologia de Média Duração os hospitais assumam a liderança, desde logo pelas características que este tipo de resposta apresenta, tal já não é aceitável que na tipologia de Longa Duração o cenário seja dominado por essas estruturas do Serviço Nacional de Saúde.

Na realidade, era exetável que na tipologia de Longa Duração fossem as respostas mais próximas dos cidadãos (Centros de Saúde) a referenciar em maior número, o que não é o caso.

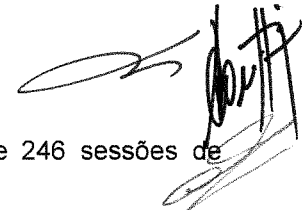
Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme

Este espaço que se encontra localizado no Hospital Dr. Fernando Vale, tem hoje uma utilização bastante diversificada, quer ao nível do seu público, quer ao nível das respostas sociais que a ele recorrem.

Deste modo, a Sala de Snoezelen – Dr.^a Armando Dinis Cosme, é utilizada tendo por base duas componentes. A primeira no campo da fisioterapia e a segunda no campo da terapia da fala, utilizando ambas o potencial de estimulação sensorial, ou de relaxamento, consoante os casos, que os equipamentos do referido espaço possibilitam.

Comparativamente com o ano de 2016 o número de sessões aumentou, passando de 497 para **855 sessões terapêuticas**, sendo 423 sessões de fisioterapia e 432 sessões de terapia da fala.

Para termos uma ideia do nível de utilização desta Sala de Snoezelen, e a título exemplificativo, os utentes do Hospital Dr. Fernando Vale realizaram **385 sessões** terapêuticas, 282 sessões de fisioterapia e 103 sessões de terapia da fala, enquanto que a Unidade de Medicina Física e Reabilitação (UMFR)



absorveu **278 sessões** terapêuticas, das quais 32 foram sessões de fisioterapia e 246 sessões de terapia da fala.

Quanto às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) estas duas respostas recorreram ao espaço para a realização de **27 sessões** de terapia da fala.

De referir que as crianças portadoras de condicionantes (Sala multideficiência) foram acompanhadas em **30 sessões terapêuticas**, quer pela terapeuta da fala e quer pela fisioterapeuta.

Na realidade, a Sala de Snoezelen transformou-se numa ferramenta indispensável ao trabalho dos profissionais da Instituição, revelando-se de uma eficácia junto de alguns utentes que, de outra forma, não beneficiariam de um acompanhamento adequado.

Unidade de Medicina Física e de reabilitação (UMFR)

No campo da reabilitação a Misericórdia conta com uma estrutura dotada de recursos humanos e materiais, indispensáveis à atuação junto da comunidade e dos utentes das diferentes respostas sociais da Instituição, neste caso uma Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR).

Sobre esta estrutura da Misericórdia deverá ser dado nota de alguns aspetos introdutórios, a começar pela disciplina da terapia da fala que consolidou a sua atuação complementar no seio da UMFR, alargando-se o público constituído por crianças.

Também a manutenção das classes de movimentos que funcionam duas vezes por semana, bem como a introdução de algumas técnicas de tratamentos por parte do Diretor Clínico são motivo de destaque.

Este equipamento permitiu ao longo de 2017 dar resposta a um total de **905 utentes**, que corresponderam a 466 cidadãos.

Tendo por base o universo de 466 pessoas verificou-se que 256 (57%) pertenciam ao género feminino e 190 (43%) ao masculino, sendo as idades compreendidas entre os 1 e os 95 anos.

O escalão etário situado entre os «71-80» anos, foi aquele que obteve a maior representatividade com 24%. A média de idades final correspondeu aos 61,8 anos.

Quanto à proveniência coube à Freguesia de Arganil o valor mais significativo com 36,1%, seguindo-se Coja e Barril do Alva com 9,2% e logo a seguir S. Martinho da Cortiça com 8,7%.

Os concelhos de Tábua (5,8%), Góis (5,4%), Penacova (2,5%), Oliveira do Hospital (1,1%), Pampilhosa da Serra (0,2%), Lisboa (0,2%) e Coimbra (0,2%), apresentam uma representação de de 15,4%.

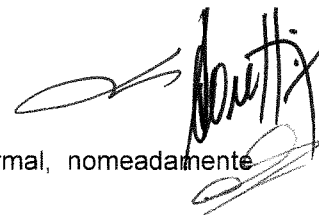
Contudo, é de **realçar o retorno de alguns destes concelhos ao universo dos utilizadores da UMFR da Misericórdia.**

Quanto à referenciação, verificou-se que a grande maioria dos utentes partiu do «Serviço Nacional de Saúde» (74,7%), seguindo-se a «S.C.M. Arganil» (9,0%). Os restantes 16,3 % distribuíram-se por outras entidades, maioritariamente seguradoras.

A UMFRSCMA realizou 12686 sessões/tratamentos que se traduziram numa média diária de 51 tratamentos (5 uteis dias por semana) realizados.

Quanto à proveniência dos utentes constatou-se que a larga maioria era proveniente da comunidade

(81,2%), enquanto que os restantes (18,8%) provinham da rede de suporte formal, nomeadamente IPSS'S concelhias, Misericórdias e Escolas Públicas e Privadas.



Ainda a este propósito verificou-se que no contexto da rede de suporte formal **as respostas sociais desenvolvidas pela Misericórdia desempenharam um papel importante.**

Hospital Condessa das Canas

Tal como estava preconizado, o arranque da recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas estava dependente da realização de algumas operações previamente autorizadas pela Assembleia Geral, tendo em vista a realização de capitais destinados ao início das obras.

Como a alienação / venda da Quinta dos Bons Dias não foi concretizada no ano que findou, como aliás o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 já veio a estabelecer, este projeto transitou de ano, mantendo-se o interesse e a prioridade na execução do mesmo.

COMPLEXO DESPORTIVO E CULTURAL

À semelhança dos outros Complexos, também o Complexo Desportivo e Cultural está dotado de diversas infraestruturas, as quais são colocadas ao dispor da comunidade.

Neste caso, destaque para a Feira do Mont'Alto, o campo de futebol Eng.º Eduardo Ralha, o Cineteatro Alves Coelho, o Pavilhão do Paço Grande, o Parque Infantil Eng.º Leitão, o Jardim Condessa das Canas, sem esquecer as piscinas descobertas – “Zé Miguel Coimbra” e a Igreja da Misericórdia.

Uma particular referência a duas componentes atrás citadas, neste caso à Feira do Mont'Alto e às piscinas que, pela sua importância, não podem deixar de ser relevadas, tendo em conta o ano de 2017.

Assim, relativamente à secular Feira do Mont'Alto, é importante recordar que esta é um património inalienável da Instituição, fazendo dele parte não só a vertente económico, mas acima de tudo a componente histórico e cultural.


Vem isto a propósito, do problema existente em relação à escritura justificativa efetuada pela Câmara Municipal de Arganil, em 2014, sobre os terrenos do Terrado da Feira que passaram para o domínio privado do Município, sem que tivesse sido acautelado o ónus existente a favor da Santa Casa nos dias correspondentes à realização da tradicional Feira.

Tendo a Misericórdia plena consciência da sua razão, em tempo útil solicitou, junto do Presidente da Câmara do executivo então em funções, a retificação da escritura. O que não veio a suceder, apesar da Instituição ter aguardado com serenidade.

Atendendo a que 2017 foi ano de eleições, e apesar da Mesa Administrativa ter aprovado, no momento oportuno, o recurso às vias judiciais para reposição da verdade dos factos, a Instituição manteve-se em silêncio sobre esta matéria, na expectativa de que o novo executivo procedesse à correção da dita escritura.

Nesse sentido, e na audiência realizada já com o atual Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luis Paulo Costa, no passado dia 15 de Janeiro, ficou a intenção de ser encontrada uma solução justa e em abono da verdade.

Quanto às piscinas descobertas, o ano de 2017 foi marcado pela sua inatividade, em virtude da necessidade de reparação de todo o sistema, designadamente motores e bombas de água, o que, face ao avultado investimento, não foi possível realizar pois outros compromissos mais prementes tinham que



ser respeitados.

A este propósito recordar que as piscinas têm hoje mais de 25 anos de funcionamento, tendo servido várias gerações de pessoas, tendo sido o único equipamento deste género no concelho de Arganil durante vários anos e o único com piscinas descobertas na Freguesia.

Não obstante estas características, desde 2006 (inclusive) que a Misericórdia deixou de receber qualquer apoio ao funcionamento do mesmo, ao contrário do que sucedeu nos anos anteriores, apesar de, até 2009, ter sido usado no âmbito de diversos programas promovidos pela Câmara Municipal destinados à de ocupações dos jovens.

➤ **Disponibilização da Igreja da Misericórdia à Comunidade**

Desde sempre a Igreja da Misericórdia tem estado aberta à comunidade, quer para reflexão e oração religiosa, quer para visitas, sendo aberta ao público, diariamente, entre as 10h e as 19h.

Nesse magnífico espaço é possível contemplar o órgão de tubos, único em funcionamento no concelho e peça única, bem como a Via Sacra oferecida à Misericórdia e benzida por Sua Excelência o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes, aquando da sua mais recente visita a Arganil, no final de 2016.

Este espaço religioso recebe ainda as tradicionais festividades dedicadas a Santa Isabel, Nossa Senhora da Visitação e Padroeira das Misericórdias, bem como os encontros de Coros que por essa altura ocorrem, assim como outros concertos, nomeadamente de Música Sacra, ou medieval como o que se realizou na última Feira Medieval em Arganil e da responsabilidade do Agrupamento de escolas de Arganil.

➤ **Cinetatro Alves Coelho**

Sendo um tema recorrente, pelas vicissitudes sobejamente conhecidas da Assembleia, nomeadamente o incumprimento do contrato por culpa exclusiva da Câmara Municipal de Arganil, conforme sentença sobre esta matéria, o ano de 2017 pautou-se pelo aguardar de mudança de postura por parte dessa entidade pública.

De igual modo, e de acordo com a audiência com o atual Presidente da Câmara, a Instituição ficou com **redobradas esperanças na existência da possibilidade de um entendimento**, que permita devolver este equipamento aos arganilenses, acautelado que seja o património da Misericórdia.

Nesta componente, usou da palavra o Provedor da Misericórdia para referir a existência de renovadas expetativas em relação ao novo Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa, face ao desenrolar de audiência tida com o mesmo (já em 2018) sobre esta e outras matérias.

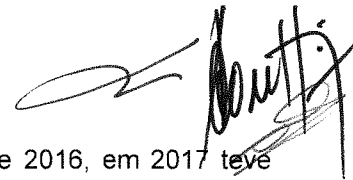
Encontrar uma solução é pois urgente, face ao estado em que o imóvel foi devolvido e cujo estudo realizado por empresa credenciada, **aponta para uma intervenção necessária nunca inferior a duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€)** e apenas para a reposição da situação em 2008.

O mesmo documento associa claras responsabilidades ao Município de Arganil pelo facto de não ter, entre 2008 e 2016, sido capaz de realizar a mais simples manutenção do imóvel.

➤ **Património Diverso**

Ao longo dos tempos a Misericórdia tem conseguido aumentar o seu património que integra os seus ativos e parte destes, nomeadamente as designadas propriedades de investimento, representam uma fonte de receitas, em particular através da obtenção de rendas.

Deste modo, a Instituição tem procurado manter atualizado o seu inventário, realizando o levantamento indispensável como plantas, certificação energética e mesmo avaliações.



Tendo sido atualizado o valor das propriedades de investimento no exercício de 2016, em 2017 teve lugar ao início das reavaliações, com incidência no edificado situado em Lisboa, por força da pressão imobiliária existente e concreta.

No entanto, tais avaliações ainda não se encontra realizadas em todo o edificado, situação que se prolongará ao longo de 2018.

De entre esse património destacam-se:

Quinta dos Bons-Dias (*) – Ramada / Odivelas

Quinta do Moinho Velho – Rio de Mouro / Sintra

Bairro da Quinta Nova – Arganil

Moradia na Alagoa - Arganil

Imóveis na Amadora, Lisboa, Vila Nova de Gaia, Vila Franca de Xira

Moradia das Torrozelas e propriedades aí existentes

Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

Apartamento em Coja

RESUMO CONTAS

Abordar o desempenho económico da Instituição implica, desde já, ter em devida consideração um conjunto de constrangimentos que se refletiram no quotidiano da Misericórdia e que, dessa forma, exigiram e exigem um permanente cuidado com a temática da sustentabilidade.

Nesse sentido, as estratégias relacionadas com a procura da manutenção dos níveis de frequência das diversas respostas sociais, a realização de investimento ponderado e de acordo com os recursos disponíveis, a gestão do património e dos rendimentos que dele resultam, entre outros aspetos, são cruciais para a estabilidade da Misericórdia.

No que diz respeito aos constrangimentos registados, não podemos deixar de frisar **os atrasos nos pagamentos devidos pelo Setor Estado**, com especial incidência da área da saúde, neste caso no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e da convenção no campo da reabilitação.

No entanto, e para além da área da saúde, também no campo social, nomeadamente na componente dos projetos de intervenção comunitária, há a registar **atrasos nas verbas referentes ao funcionamento da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**, ou mesmo aos protocolos referentes às parcerias existentes com as autarquias, sem esquecer atrasos nas regularizações por parte de alguns utentes.

Só a dívida do Setor Estado superou a barreira dos duzentos mil euros no último dia do ano.

Tais atrasos representaram, a 31 de Dezembro de 2017, um montante superior a trezentos mil euros, mais precisamente trezentos e dois mil, quinhentos e oitenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos (302.588,57€), **cujo impacto na liquidez da instituição foi e é significativo**, originando sérios constrangimentos, designadamente no pagamento aos fornecedores da Misericórdia, o que exigiu uma constante articulação com os mesmos, tendo em vista mitigar as dificuldades daí resultantes.

Por outro lado, não podemos deixar de referir a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) em mais 5%, aumento este que não teve correspondência na mesma medida do lado das comparticipações quer do Setor Estado, nomeadamente no campo da Segurança Social e da Saúde, e quer dos utentes e famílias.

Assim, e apesar de ter sido feita uma orçamentação cautelosa, a Instituição assumiu a redução de custos como algo de essencial, face ao exercício de 2016, ao mesmo tempo que procurou rentabilizar recursos para aumentar receitas, nomeadamente a partir do seu património, nomeadamente no campo das chamadas Propriedade de Investimento (P.I.)

Só dessa forma, foi possível encerrar o ano de 2017 com um saldo favorável na demonstração de resultados, neste caso de noventa e nove mil, quatrocentos e trinta euros e cinquenta e seis cêntimos (99.430,56€) positivos.

Ainda nesta componente, o Diretor Geral fez questão de realçar o facto de que um resultado positivo não se traduz em liquidez por parte da instituição, visto que existem diversas contas a receber, nomeadamente junto do Estado, ao mesmo tempo que para este resultado contribuiu, também, o património, através da reavaliação das suas propriedades de investimento.

RENDIMENTOS

No que concerne ao campo dos rendimentos a instituição obteve um total de dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte euros e cinquenta e sete cêntimos (2.857.420,57€), correspondendo a um aumento global, face ao valor orçamentado, de cento e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos (124.675,57€), ou seja, mais 4,56%.

Para este crescimento não podemos deixar de referir o contributo da atualização dos acordos de cooperação, nomeadamente no âmbito da atuação do Ministério da Solidariedade Trabalho e Segurança Social (MSTSS) e cujo valor foi de 2,1%, conforme o Compromisso de Cooperação 2017-2018, ultrapassando desse modo a orçamentação realizada, tendo por base 1%.

Contudo, no campo da cooperação com o Setor Estado, deverá ser referido que no âmbito dos Cuidados Continuados a atualização prevista de 1% não se veio a concretizar, acabando por ficar em apenas 0,6% e com incidência apenas do último mês do ano de 2017, o que se traduziu num aumento incipiente face às expectativas iniciais.

Já a manutenção de alguns programas, como foi o caso das Cantinas Sociais, bem como a aprovação das candidaturas ao POAMPC / FEAC / PAC, contribuíram para esse aumento na conta 75, o que fez, nesta conta específica, um crescimento de 4,24%, ou seja, mais cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta euros e noventa e quatro cêntimos (54.780,94€), desde logo porque estas receitas não estavam orçamentadas, face à incerteza das mesmas.

O aumento dos acordos no campo da Segurança Social, aliado à manutenção na generalidade dos índices de frequência da maioria das respostas sociais no âmbito do Complexo Social, possibilitaram atenuar a quebra de receitas provenientes da ERPI, em face da redução do número de utentes nesta resposta, fruto das obras de remodelação no espaço afetado durante o ano de 2016.

De igual modo, a conta 78, referente a outros rendimentos e ganhos apresentou uma taxa de execução superior em 10,47% face ao orçamento, traduzindo-se num crescimento de mais trinta mil, cento e trinta euros e oitenta cêntimos (30.130,80€).

Neste particular, destaque para o desempenho da subconta 788, com um crescimento potencializado pela receção de um donativo de cinquenta mil euros (50.000,00€), o que assegurou um aumento em quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e sete euros e oitenta e três cêntimos (45.737,83€), compensando ganhos não concretizados na subconta 787, rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros.

Outro contributo para a demonstração de resultados assentou no âmbito do património, mais



precisamente nas reavaliações das P.I., cujo processo teve início no último trimestre de 2017, neste caso da propriedade sita no Beato em Lisboa e que obteve uma valorização de cento e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte euros (192.420,00€).

O Diretor Geral acrescentou ainda, que este montante foi considerado no exercício, após deliberação da Mesa Administrativa, e na sequência de informação para o efeito elaborada pela responsável pela Contabilidade.

Neste último aspeto, não deve ser descurada uma palavra para o papel do património da instituição, o qual tem servido para socorrer a Misericórdia nos momentos mais necessários, sendo hoje uma parte significativa dos ativos existentes para assegurar a sua sustentabilidade.

Comparativamente em relação ao exercício de 2016, podemos afirmar que se verificou um crescimento de 4,3%, ou seja, mais cento e dezanove mil, setecentos e quarenta e seis mil e cinquenta e seis cêntimos (119.746,56€).

GASTOS

No que diz respeito aos gastos, a Misericórdia fechou o exercício com um total de dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa euros e um cêntimo (2.757.990,01€).

Sobre esse valor, o principal destaque a realizar, e embora não se possa escamotear a análise face ao orçamento traçado para 2017, deverá ser dado à sua significativa redução face ao período de 2016, neste caso uma diminuição de cento e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco euros e noventa e quatro cêntimos (159.295,94€).

Essa redução de 5,46% resultou de uma diminuição em todas as rubricas contabilísticas, nomeadamente nas contas 61,62,63, 64, 68, e 69, em uso na demonstração de resultados, correspondendo desta forma a uma estratégia gizada tendo em vista controlar a perda de receitas da resposta de ERPI.

Quanto à comparação do exercício com o orçamento, registou-se uma ligeira subida que se cifrou em 0,99%, ou seja, mais vinte e seis mil, novecentos e trinta e seis euros e um cêntimo (26.936,01€).

Neste caso, a subida verificada foi suportada na conta 62, com mais 2,53%, ou seja, mais quinze mil, cento e dezanove e setenta cêntimos (15.119,70€), com especial incidência nos combustíveis, neste caso traduzido no consumo/custo do gás (aquecimento central), isto apesar dos custos dos subcontratados (Clifiargus) ter desaparecido.

Ao nível dos gastos com pessoal, e apesar de uma redução face a 2016, verificou-se uma oscilação de mais 1,07%, que correspondeu a dezassete mil, dezassete euros e noventa e dois cêntimos (17.017,92€) e aqui teve impacto a reclassificação do pessoal, face ao ACT das Misericórdias, sem esquecer o SMN.

Por último, a conta 68, outros gastos e perdas, teve um gasto de cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos (53.824,57€), distorcendo o inicialmente previsto em sede de orçamento, e que foi de quatro mil, trezentos e setenta e seis euros (4.376,00€). O motivo para esta distorção é associada, especialmente, à manutenção do Programa das Cantinas Sociais e dos protocolos celebrados com as diversas instituições locais para fornecimento das refeições.

Por último, uma nota para a redução verificada no exercício, face ao orçamento, da rubrica dos custos com mercadorias e matérias consumidas, neste caso a conta 61, cuja diminuição alcançada foi de 9,49%, a que correspondeu uma diminuição de trinta e sete mil, oitocentos e catorze euros e oitenta e quatro cêntimos (37.814,84€), a que não foi alheia a redução do número de utentes da ERPI.

Na sequência da apresentação da demonstração de resultados do exercício, foi de igual modo dado a conhecer os resultados por respostas sociais/valências da Instituição.



INVESTIMENTOS

Sobre os investimentos a Misericórdia considerou no exercício apenas aqueles que efetivamente teve capacidade para realizar, uma vez que em sede de previsão orçamental, os investimentos elencados, nomeadamente nos ativos tangíveis, estavam dependentes da venda de património previamente autorizado pela Assembleia Geral.

Neste caso, a Quinta dos Bons Dias sita em Odivelas, e cuja venda visava o arranque do projeto de remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas e a intervenção mais urgente no Cineteatro Alves Coelho.

Não se efetivando tal desiderato, esses investimentos e respetivos montantes inscrito em plano de investimento não se vieram a concretizar, ficando-se apenas por um total de duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e cinco euros e catorze cêntimos (277.835,14€), dos quais cento e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte euros (192.420,00€) referentes a reavaliações em propriedades de investimento.

Ainda na componente das contas foi apresentado, minuciosamente, junto da Assembleia Geral o Balanço, cujo total do ativo é de seis milhões, duzentos e três mil euros, oitocentos e oitenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos (6.203.879,67€), enquanto o passivo é de dois milhões, sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e dezassete cêntimos (2.066.858,17€), dos quais oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete euros e vinte e dois cêntimos (865.367,22€) correspondem a financiamentos obtidos e reportados a investimentos realizados, como foi o caso da Unidade de Cuidados Continuados – Hospital Dr. Fernando Vale.

Já os fundos patrimoniais atingem o montante de quatro milhões, centos e trinta e sete mil, vinte e um euros e cinquenta cêntimos (4.137.021,50€).

ANÁLISE FACE AOS OBJECTIVOS TRAÇADOS

Apresentadas as atividades desenvolvidas pela instituição ao longo de 2017, importa agora realizar uma avaliação mais concisa sobre o nível de execução alcançado, tendo como referencial os objetivos previamente elencados aquando da aprovação do Plano de Atividades.

Assim, importa recordar, de uma forma muito sintética, que a Misericórdia se propôs continuar com os trabalhos de requalificação dos espaços do Complexo Social, manter as parcerias com o Setor Estado, Promover a Mata das Misericórdias e assegurar a realização de formação interna e externa para os seus colaboradores.

Por outro lado, dispôs-se a valorizar o seu património, promover a sustentabilidade da Instituição e manter a oferta cultural e artística.

Por último, e não menos importante, estabeleceu como meta dar início aos trabalhos de remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas e procurar iniciar o processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho.

Face a estas metas, podemos concluir que **a Misericórdia conseguiu, de uma forma genérica, concretizar os objetivos que se propôs alcançar**, face aos condicionalismos ocorridos e alguns deles antecipadamente programados em sede de Plano de Atividades para 2017.

Deste modo, a Instituição prosseguiu ao longo do ano em apreço **os trabalhos de requalificação, nomeadamente do bloco afetado pelo incêndio verificado em 2016**, nos termos previamente elencados para esse efeito.



Simultaneamente, **deu continuidade às parcerias com o Setor Estado**, não só ao nível da RLIS mas inclusive alargando essa colaboração no âmbito das Cantinas Sociais e do POAPMC – FEAC/PAC, sendo que neste último liderou uma intervenção abrangendo os concelhos de Arganil, Penacova e Vila Nova de Poiares.

Apesar da parceria com o Setor Estado ser crucial, não se pode deixar fazer uma referência à permanente **articulação com diversas instituições locais, através de protocolos de colaboração** e que passaram por diversas componentes, desde o fornecimento de alimentação, apoio técnico e cuidados de saúde.

Ao nível da Mata das Misericórdias e atendendo ao ano “Horribilis” provocado pelos incêndios, foi crucial **o estado de limpeza e manutenção constante deste espaço** para a sua preservação e proteção, bem como a manutenção dos meios de combate a incêndios existentes, como o caso das bocas-de-incêndio e do reservatório de água.

Contudo, há ainda a destacar neste particular, o início de **trabalhos de limpeza e preparação do Pinhal novo**, para além de diversas atividades executadas neste espaço natural, cuja utilização por parte dos arganilenses tem tido um incremento, nomeadamente para a prática desportiva.

Ao nível da formação destinada aos colaboradores, esta materializou-se com o recurso a meios internos, mas de igual modo a externos, abrangendo diversos elementos do quadro e incidindo em diversas áreas temáticas, **com mais de 300 horas de formação e mais de 40 participantes**.

Quanto ao património a Misericórdia procurou dar continuidade a deliberações da Assembleia Geral, vendendo o que a mesma considerou pertinente alienar, ponderado o investimento a realizar e o eventual retorno a curto prazo, e, pelo contrário, **mantendo o que se revelou importante para as receitas da Instituição**.

Assim, procurou ter **atualizado o inventário do património imóvel existente**, bem como dando início às reavaliações que se impunham do mesmo e cujo impacto se veio a materializar nas contas do exercício.

Quanto à sempre presente preocupação com a sustentabilidade da Instituição, esta implicou uma **adequada gestão dos seus recursos, quer humanos e quer materiais**, especialmente tendo em conta os atrasos verificados na receção de verbas devidas pelo Setor Estado e utentes.

Esse esforço implicou a **reorganização de horários e serviços**, de forma atempada e conforme previsto em Plano de Atividades, tendo em vista o aumento da eficácia e a contenção de custos.

No entanto, a sustentabilidade da instituição, **que é distinta da obtenção de lucro**, pois não é esse o fim da Misericórdia, implicou a **consolidação de serviços prestados em várias respostas sociais, como foram o caso do SAD, Centro de Dia e CATL, bem como a gestão rigorosa dos investimentos a realizar e do tempo em que estes podiam ser realizados**.

Exemplo disso, foi o processo de requalificação do Complexo Social, sempre conduzido de acordo com as verbas disponíveis para esse efeito e **sem ceder a pressões irrealistas de executar ou realizar obra, colocando em causa a saúde financeira da Misericórdia**.

É também neste cenário que deve ser analisada a pretensão de remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas e da recuperação do Cineteatro Alves Coelho.

Aliás, **posição reiterada aquando da recente aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, no qual se mantêm estes objetivos**, dependentes da concretização das operações destinadas à angariação de receitas extraordinárias dependentes da alienação da designada Quinta dos Bons Dias,



sita em Ramada – Odivelas.

Uma outra chamada de atenção para a componente do Cineteatro Alves Coelho, pois a **Instituição preservou o momento crítico que se verificou em 2017, designadamente com a realização das eleições autárquicas**, tendo em conta todo o historial que conduziu à condenação da Câmara Municipal de Arganil nesta matéria em particular.

Tal atitude deverá ser entendida como **sinal de abertura ao diálogo e a um entendimento que se espera venha a acontecer o mais brevemente possível**.

No campo da cultura destacou-se o Orfeon Maestro Alves Coelho que manteve uma agenda de espetáculos, permitindo à **comunidade arganilense usufruir de momentos musicais** em vários cenários do concelho de arganil.

Em suma, podemos afirmar, com plena convicção, que a **Misericórdia atingiu os objetivos que se propôs alcançar, dando mostras de uma dinâmica sem precedentes no panorama local**.

Ao mesmo tempo que **se revelou imune aos desvarios irrealistas que muitas vezes grassam por alguns meios da comunidade local**, apenas entendidos face ao desconhecimento da realidade das instituições de solidariedade social.

Terminada a apresentação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2017, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, colocou a discussão o referido documento junto da Assembleia, tendo sido registada a pretensão de intervir do irmão Luís Gomes.

No uso da palavra, o irmão Luís Gomes, e apesar de já não ser esse o assunto a discussão, começou por referir que "efetivamente teria aprovado a ata no ponto anterior se tivesse tido acesso à mesma, o qual não se verificou por in experiência na utilização das novas tecnologias e que, por esse motivo não me foi possível aceder adequadamente ao site da Misericórdia".

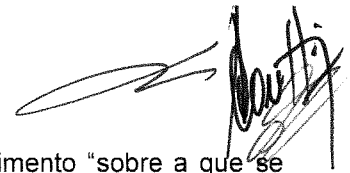
Quanto ao relatório, continuou, "tive o cuidado de ler as mais de 90 páginas, com os anexos incluídos, e tenho que reconhecer a qualidade do relatório de atividades, assim como o aspeto meritório da Instituição e a vitalidade da mesma no seu trabalho com a comunidade, especialmente quando o concelho foi tão fustigado com os incêndios ocorridos em Outubro passado".

Contudo, salientou, "se na componente das atividades apenas tenho palavras elogiosas, já no âmbito das contas não posso dizer o mesmo".

Acrescentou também que, "não estou habituado a entrar mudo e a sair calado nas reuniões em que participo, não me importando se sou, ou não, fonte de incómodo. Nesse sentido, vou apresentar algumas considerações nesta componente e pedidos de explicação, embora desconheça se o Provedor da Instituição procedeu à leitura do Relatório".

Quanto às considerações o irmão Luís Gomes referiu que, "o património foi usado como maquilhagem no exercício, quer através da sua valorização, quer através da alienação. Designadamente na conta 77, onde surge o montante de cento e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte euros (192.420,00€) resultante dos aumentos por justo valor, tornando virtuais os dados contabilísticos o que, descontado esse valor no exercício, o resultado seria negativo".

Uma outra consideração apresentada traduziu-se na análise do passivo, tendo sido referido que, "o total do passivo é de dois milhões, sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e dezassete cêntimos (2.066.858,17€), sendo o ativo corrente de setecentos e cinco mil, seiscentos e noventa e três euros e sessenta e oito cêntimos (705.693,68€), o que revela um buraco financeiro, verificando-se um aumento da dívida financeira da Instituição".



Ainda no âmbito da intervenção do irmão Luís Gomes, foi solicitado o esclarecimento “sobre a que se referem os rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”.

Por fim, o mesmo irmão, questionou sobre a existência da Certificação legal de Contas, “ a qual não tinha sido encontrada na documentação”, pelo próprio.

Após a intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Provedor para que se pronunciasse sobre estas considerações / questões.

No uso da palavra o Provedor, prof. José Dias Coimbra, referiu que “na Misericórdia não se usa maquiagem para a apresentação das contas, prova disso foi a forma exaustiva com que as mesmas foram apresentadas, como aliás é hábito na Instituição, tendo as mesmas sido alvo de análise e leitura pela Mesa Administrativa, na qual se inclui o Provedor, que as aprovou, assim como pelo Conselho Fiscal / Definitório”.

Acrescentou ainda que, “cabe a cada um dos irmãos, em Assembleia Geral e em consciência, aprová-las ou rejeitá-las, sendo este o órgão máximo para estas matérias, pelo que, caso o irmão Luís Gomes não fique esclarecido com as respostas às questões que colocou, bastar-lhe-á chumbar o relatório de atividades e contas do exercício.”

Foi dada então a palavra ao irmão Nuno Gomes e Diretor Geral da Misericórdia para responder às considerações e questões suscitadas.

No uso da palavra o Irmão Nuno Gomes, começou por realçar “o reconhecimento do erro por parte do irmão Luís Gomes no que à questão da ata diz respeito, sendo sempre de salutar quando alguém aceita que errou, neste caso fruto da inexperiência no uso das novas tecnologias, embora esse documento estivesse disponível em suporte papel na Instituição.”

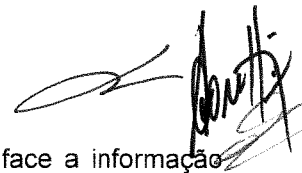
No entanto, não deixou de registar que, “a leitura minuciosa do relatório de Atividades e Contas, de tão exaustiva que foi, certamente terá condicionado a atenção para a leitura da ata, uma vez que esta se encontrava disponibilizada no mesmo local do referido relatório.”

No que concerne às considerações, o Diretor Geral salientou que “quando é feito o elogio ao Relatório de Atividades, desligando dele as contas, não se está a ser correto; desde logo porque o documento apresentado é único, e foi analisado como um todo, motivo pelo qual será colocado a votação no seu conjunto, com todas as componentes, não se podendo dizer que uma parte é boa e outra é má, uma deve ser aprovada e outra não. Deste modo, não faz sentido destrinçar algo que não foi apresentado, nem elaborado, em separado”

Sobre a questão do património, nomeadamente na conta 77, “a intervenção do irmão Luís Gomes dá a ideia de que foi ocultada qualquer coisa sobre esta matéria, o que não é verdade, não só pela apresentação atrás realizada, mas de igual modo porque no próprio Relatório de Atividades e Contas, páginas 63, 72, 78 e 79, esta matéria é devidamente apresentada.”

Com efeito, “a inclusão do valor obtido da reavaliação de uma propriedade de investimento, decorre de processo de reavaliação em curso, tendo daqui sido apurada uma valorização inquestionável, face ao valor inicialmente escriturado na contabilidade dessa mesma propriedade.

Esse resultado adveio da pressão imobiliária existente, face à localização da propriedade de investimento, facto posteriormente consolidado pela apresentação de uma proposta de aquisição do imóvel em causa, traduzida em valores que podiam chegar aos trezentos e sessenta e cinco mil euros (365.000,€), o que veio a dar razão à reavaliação realizada, a qual foi da responsabilidade de entidade / perito credenciada para o efeito.



Uma vez que essa reavaliação ocorreu em 2017, a Mesa Administrativa deliberou, face a informação apresentada pelos serviços de contabilidade da Instituição, incluir esse montante no exercício. Ainda sobre esta matéria não existem quaisquer dúvidas sobre a sua inclusão no exercício em análise, poderá é eventualmente questionar-se a inclusão deste montante na demonstração de resultados, com impacto nos resultados do exercício, ou na rubrica de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. Contudo caberá à Assembleia Geral decidir sobre esta matéria no âmbito da votação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício.”

Ainda na intervenção sobre este assunto, o irmão Nuno Gomes e Diretor Geral, acrescentou que, “não foi incluído qualquer valor resultante de operação de alienação de imóvel no exercício de 2017, isto apesar de ter sido celebrado contrato promessa para a venda de um imóvel anteriormente autorizado pela Assembleia Geral, neste caso do apartamento sito na Rua da Escola da Medicina Veterinária, em Lisboa, mas cuja escritura será apenas celebrada em 2018, pelo que a alusão a resultados de alienações no exercício em discussão não faz sentido, pois não foram contemplados.”

Sobre a alienação de património foi também acrescentado que, “ a venda apenas é feita mediante a autorização da Assembleia Geral e tendo em conta a rendabilidade existente, ou não, desse mesmo património. Neste caso, procura-se alienar o património que não produz rendimento à instituição e cuja manutenção implica custos”

Quanto à eventualidade de resultados negativos, descontado o valor da reavaliação, o qual de acordo com o irmão Luís Gomes traduz uma “maquilhagem” ao exercício, o irmão Nuno Gomes e Diretor Geral, alertou para o facto de que por essa linha de raciocínio e porque temos de ser coerentes, o que dizer das amortizações enquanto despesa? Isto já para não falar que a Instituição poderia ter antecipado receitas, com base no contrato promessa já referido, mas que não o fez, a bem da transparência dos números.

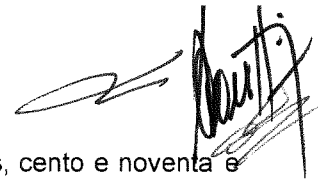
No que concerne à questão do ativo, versus passivo, o irmão Nuno Gomes e Diretor Geral, salientou “ser importante referir que o passivo inclui uma componente de oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete euros e vinte e dois cêntimos (865.367,22€), que reporta a financiamentos obtidos para realização de investimento, o que significa que esta componente do passivo representará, ou representa, direta ou indiretamente, receita para a instituição ou reforço do ativo, logo, terá que ser devidamente enquadrada/ponderada no âmbito do passivo”.

Depois, frisou que “o passivo a fornecedores no total de seiscentos e um mil, quatrocentos e vinte euros e oito cêntimos (601.420,08€) é coberto pelo total do ativo corrente de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber, que representam mais de seiscentos e trinta e sete mil euros (637.000,00€).

Por outro lado, a dívida financeira, entenda-se resultante de empréstimos obtidos, tem vindo a diminuir no seu global, sendo que em 2016 ela correspondia a novecentos e cinco mil, oitocentos e noventa e três euros e sessenta e dois cêntimos (905.893,62€) e em 31 de Dezembro de 2017 era de oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete euros e vinte e dois cêntimos (865.367,22€), ou seja, menos 4,47%, não sendo pois verdade que esta tem crescido como referiu o irmão Luís Gomes, conforme aliás poderá ser verificado nos documentos em posse dos irmãos”.

De igual modo, os custos com o pagamento de juros têm vindo a diminuir nos últimos exercícios, não apenas pelos ajustes das taxas de juros, mas de igual modo pelas amortizações antecipadas desses financiamentos que a instituição tem vindo a realizar.

Quanto à consideração sobre a existência de um buraco financeiro na Instituição, tendo por base o Ativo e o Passivo, é importante esclarecer, de acordo com o Diretor Geral, que “o ativo vale 3 vezes o passivo,



sendo que só as designadas propriedade de investimento, no valor de dois milhões, cento e noventa e dois mil, quinhentos e nove euros e cinquenta e um cêntimo (2.192.509,51€), superam o valor total do passivo, pelo que a referida afirmação é descabida.”

No que se refere à questão sobre a “que se referem os rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”, de acordo com o Diretor Geral estes reportam-se, na generalidade, a rendimentos obtidos de rendas do património, neste caso das Propriedades de Investimento (PI), como são o caso de casas arrendadas.”

Por último, e no que dizia respeito à Certificação Legal de Contas, o Diretor Geral informou que a mesma esteve disponível para consulta, nos termos habituais, tendo sido de imediato apresentada junto do irmão Luís Gomes a referida certificação, o qual agradeceu a referida apresentação.

Terminados os esclarecimentos às questões suscitadas, e não se tendo registado qualquer pedido de intervenção, foi dada a palavra à Presidente do Conselho Fiscal / Definitório, D.^a Lisete Jorge, que procedeu à leitura do respetivo parecer desse órgão e que a seguir se transcreve e que se encontrava na documentação disponível para consulta nos termos do Compromisso / Estatutos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2017


Em obediência ao previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 9 de Março de 2018, pelas dezoito horas, na sala de reuniões da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como primeiro ponto da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2017.

Analisado e discutido o referido documento, bem como obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos que em relação às atividades desenvolvidas foi possível verificar a concretização na generalidade dos objetivos a que a Mesa se propôs atingir, nomeadamente:

1. Continuidade da Requalificação dos espaços do Complexo Social;
2. Manutenção das Parecerias com Setor Estado;
3. Promoção da Mata das Misericórdias;
4. Assegurar Formação interna / externa colaboradores;
5. Procurar dar início trabalhos Remodelação Hospital Condessa das Canas;
6. Procurar dar início Recuperação Cineteatro Alves Coelho;
7. Manutenção de oferta Cultural e Artística;
8. Promoção da Sustentabilidade da Misericórdia;
9. Valorização Património;

Quanto à execução económico-financeira o Conselho Fiscal constatou a manutenção das dificuldades em relação aos **atrasos nos pagamentos devidos pela ARS-C, quer em relação ao funcionamento do Hospital Dr. Fernando Vale, quer em relação ao funcionamento da Unidade de Medicina Física de Reabilitação da Misericórdia**, factos que condicionaram a atuação da Instituição e exigiram um

esforço permanente para a concretização das metas que se dispôs a alcançar.



De igual modo, a área da cooperação com a Segurança Social, deu nota de atrasos nos pagamentos, designadamente com a execução do programa da Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

Tais atrasos, decorrentes ora dos acordos de cooperação com o Setor Estado ora de convenções com o mesmo, conjugados com as dívidas de utentes e outras entidades, designadamente a autarquia, e apenas na componente corrente da instituição, totalizaram a 31 de Dezembro 302.588,57€.

Por outro lado, e apesar da atualização dos acordos de cooperação no âmbito das respostas sociais do Complexo Social terem apresentado um valor de 2,1%, superior ao inicialmente estabelecido em orçamento (1%), não podemos deixar de referir que a atualização do salário Mínimo Nacional teve um aumento de 5%. Isto sem falar da ausência de qualquer atualização no âmbito dos Cuidados Continuados nos 11 meses de 2017, tendo se verificado apenas em Dezembro uma revisão de 0,6%.

Tendo por base a demonstração de resultados, verificamos que foram obtidos 2.857.420,57€ do lado dos rendimentos, mais 4,56% face ao orçamento, e no campo dos gastos registaram-se 2.757.990,01€, representando neste caso um crescimento, também face ao orçamento, de apenas 0,99%, correspondendo a mais 26.936,01€.

Apurada a diferença entre rendimentos e gastos relativos ao exercício de 2017 verificou-se um resultado líquido positivo de 99.430,56€.

De realçar que, face ao exercício de 2016, no campo dos gastos verificou-se uma redução de 5,46%, a que correspondeu menos 159.295,94€, enquanto do lado dos rendimentos obteve-se um crescimento de 4,3%, ou seja, mais 119.746,56€.

Relativamente ao investimento, foi possível verificar que a Misericórdia, por estar dependente da concretização de operações de venda autorizadas pela Assembleia Geral, mas que não se vieram a concretizar, apenas realizou o investimento compatível com os seus recursos, transitando parte significativa do investimento preconizado, conforme orçamento aprovado para esse ano.

Assim, em 2017, a Instituição concretizou 277.835,14€ de investimento.

O Conselho Fiscal | Definitório concluiu que a Mesa Administrativa executou as linhas gerais que se propôs concretizar para a Misericórdia, numa lógica cuidada de gestão dos seus recursos, sem descuidar a sua componente social e com a convicção de defesa do seu património e das decisões da Assembleia Geral.

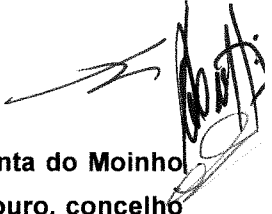
Deste modo, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2017, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido, quer à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e quer aos colaboradores que se empenharam nos resultados obtidos e na preparação da documentação de suporte.**

Arganil, 9 de Março de 2018

O Conselho Fiscal / Definitório

Após a leitura do parecer do Conselho Fiscal / Definitório, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, colocou a votação e em minuta, o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2017 e respetivos anexos, bem como o parecer do Conselho Fiscal / Definitório, no qual se incluía um voto de louvor à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor, e colaboradores.

Encerrada a votação, a referida documentação e proposta de voto de louvor, foram aprovados, registando-se apenas duas (2) abstenções, neste caso dos irmãos Luís Gomes e Fernando Brandão.

- 
3. **Deliberação sobre proposta de alienação da Propriedade designada por Quinta do Moinho Velho, sita na Rua Maria de Lourdes Carvalho Faria, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, descrita na Matriz Predial Rustica sob o nº 22 e Predial Urbana sob o(s) artigo(s) nº 721 e 722, e na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o n.º 1306/19870504;**

No terceiro ponto da ordem de trabalhos foi apresentada a proposta de alienação da propriedade designada por Quinta do Moinho Velho, sita na Rua Maria de Lourdes Carvalho Faria, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, descrita na Matriz Predial Rustica sob o nº 22 e Predial Urbana sob o(s) artigo(s) nº 721 e 722, e na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o n.º 1306/19870504 e que a seguir se transcreve.

PROPOSTA DE ALIENAÇÃO

Identificação: *Propriedade designada por Quinta do Moinho Velho, sita na Rua Maria de Lourdes Carvalho Faria, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, descrita na Matriz Predial Rustica sob o nº 22 e Predial Urbana sob o(s) artigo(s) nº 721 e 722, e na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o n.º 1306/19870504;*

A Quinta do Moinho Velho é uma propriedade com uma área total de 31760 metros, localizada em Reserva Ecológica Nacional (REN) e sita na freguesia de Rio de Mouro – Sintra, terá que respeitar o preconizado pelo Decreto de Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto, designadamente nas matérias referentes a gestão de combustíveis, gestão das confrontações com a rede viária, limpeza de espaços e manutenção de zonas de proteção a aglomerados urbanos e populacionais.

Por outro lado, tendo em conta a ausência de rendimentos provenientes da referida propriedade que permitam suportar este acréscimo de custos, não pode a Instituição deixar de considerar a possibilidade de venda do referido imóvel, como forma de adequada gestão do seu património, em face da própria natureza da Instituição.

Nesse sentido, considerado o valor patrimonial de 147 603.95€, conforme avaliação da Autoridade Tributária e Aduaneira, assim como a avaliação realizada por Mauro António Pereira Alegre, Técnico Civil Inscrito na respetiva ordem sob o nº 2527, no montante de 179 200€, o recurso à alienação do presente património imóvel deverá ser considerado no sentido de apoio ao financiamento à atividade principal da Instituição, nomeadamente de ação social e na redução de encargos resultantes da manutenção da propriedade em causa.

Nesse sentido, a alienação do mesmo artigo, cumpridos os requisitos inscritos na alínea g) do nº 1 do artigo 21º do Compromisso desta Irmandade, apresenta-se como a melhor solução para a rentabilização deste património específico, solicitando-se a respetiva autorização para a respetiva venda, bem como os poderes necessários à concretização de eventual negócio com potenciais interessados, sejam eles particulares ou entidades coletivas, bem como a negociação direta, ou o recurso a agência imobiliária para este efeito.

Arganil, aos 9 de Março de 2018

Pela Mesa Administrativa,

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)

Apresentados os esclarecimentos considerados pertinentes, por parte do Provedor da Instituição, Prof.

José Dias Coimbra, e não se tendo registado qualquer pedido de intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou a votação e em minuta, a proposta de alineação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

4. Outros assuntos de interesse para a Instituição e aceites a discussão pela Assembleia Geral;

Já no quarto ponto da ordem de trabalhos, neste caso outros assuntos, não se registou qualquer pedido de intervenção dos irmãos, pelo que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Provedor, Prof. José Dias Coimbra.

No uso da palavra o Provedor aproveitou para desejar uma "Santa Páscoa", ao mesmo tempo que deu nota da participação da Irmandade da Misericórdia, no dia 29 de Abril, na procissão a ter lugar em Braga, no âmbito da Semana Santa, sendo que quem quiser deslocar-se poderá recorrer ao autocarro da instituição, desde que ainda existam lugares disponíveis.

Esta participação decorre do convite da congénere dessa cidade e a Misericórdia de Arganil tem marcado presença nos últimos anos, assim como outras Santas Casas.

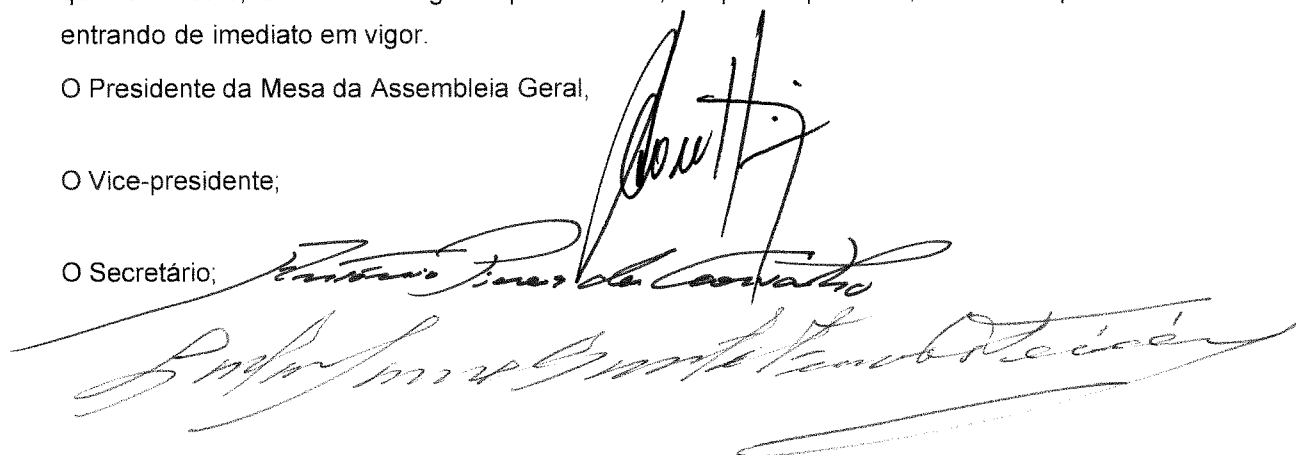
Ainda no uso da palavra, o Provedor recordou que, "no próximo dia 1 de Julho terão lugar as tradicionais festividades em honra de Santa Isabel, Nossa Senhora da Visitação e padroeira das Misericórdias, momento que servirá para ser inaugurado na Mata das Misericórdias, se nada houver em contrário, o largo dedicado aos três Bispos com ligações à Beira Serra, esperando-se a presença dos irmãos, assim como de outras Santas Casas e individualidades ligadas à Igreja.

Não havendo mais nenhuma intervenção dos irmãos presentes, nem mais nenhum assunto a ser tratado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, despediu-se dos irmãos, expressando "votos de uma Santa Páscoa", dando por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e quinze minutos, tendo sido redigida a presente ata, na qual os pontos 2, e 3 foram aprovados em minuta, entrando de imediato em vigor.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

O Vice-presidente;

O Secretário;



The image shows three handwritten signatures in black ink. The top signature is the most prominent and appears to be 'António Carvalhais da Costa'. Below it are two other signatures, one of which is partially obscured by the first. The signatures are written in a cursive, flowing style.